



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

A coroa e a espada no espetáculo das nações: as autoimagens da monarquia e da república brasileiras nas Exposições Universais de 1889 e 1904

The crown and the sword in the stage of nations: the self-images of the brazilian monarchy and the republic at the Expos 1889 and 1904

La corona y la espada en el escenario de las naciones: las autoimágenes de la monarquía y de la república brasileñas en las Expos 1889 y 1904

DOI: 10.21530/ci.v18n3.2023.1342

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Lucas Barros de Souza¹

Túlio Sérgio Henriques Ferreira²

Resumo

Analisa-se as autoimagens construídas pelo governo brasileiro para duas Exposições Universais oitocentistas (Paris 1889 e Saint Louis 1904). Busca-se entender o conteúdo e interesses dessas autoimagens propagadas nesses eventos, a primeira ocorrida no Império e a segunda no período republicano brasileiro. O trabalho concorda que essas participações eram uma proto-diplomacia pública utilizada para melhorar a imagem internacional do Brasil. Pela análise qualitativa bibliográfica e documental primária, foram estabelecidos quatro âmbitos: político, modernidade, econômico

1 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). (lucas.barrossouza@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0245-6295>.

2 Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Professor Associado do Departamento de Relações Internacionais e do PPGCPRI da UFPB. (tulioferreira@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2561-2700>.

Artigo submetido em 14/05/2023 e aprovado em 23/10/2023.





e racial. Dos quatro, apenas o político apresentou alterações. A despeito das alterações na política externa, nos demais eixos, foram observadas a manutenção das imagens.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Imagem Internacional; Exposição Universal.

Abstract

The article analyzes the self-images constructed by the Brazilian government for two 19th century Universal Exhibitions (Paris 1889 and Saint Louis 1904). It seeks to understand the content and interests of these self-images propagated in these events, the first occurring during the Empire and the second during the Brazilian republican period. The work agrees that these participations were a proto public diplomacy used to improve Brazil's international image. Through the primary qualitative bibliographic and documentary analysis, four areas were established: political, modernity, economic and racial. Of the four, only the politician presented amendments. Despite changes in foreign policy, in the other axes, the maintenance of images was observed.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; International Image; Universal Exhibition.

Resumen

Se analizan autoimágenes construidas por el gobierno brasileño para dos Exposiciones Universales del siglo XIX (París 1889 y San Luis 1904). Buscamos comprender el contenido y los intereses de estas autoimágenes propagadas en estos eventos, la primera ocurriendo en el Imperio y la segunda en el período republicano brasileño. El trabajo coincide en que estas participaciones fueron una protodiplomacia pública utilizada para mejorar la imagen internacional de Brasil. A través del análisis bibliográfico y documental cualitativo primario se establecieron cuatro áreas: política, modernidad, económica y racial. De los cuatro, sólo el político presentó enmiendas. A pesar de los cambios en la política exterior, en los demás ejes se observó el mantenimiento de las imágenes.

Keywords: Política Exterior Brasileña; Imagen Internacional; Exposición Universal.





“A competência exclusiva de nossas elites políticas na condução da política exterior, dada por sua vivência internacional, exhibe uma notável continuidade no tempo: seu cosmopolitismo excludente constitui, no plano das relações internacionais, a cara moderna de um coração conservador.”

(Gerson Moura – “Sucessos e Ilusões”)

Introdução

As exposições universais³, iniciadas no século XIX, foram eventos utilizados pelos países centrais do sistema internacional para exibir suas tecnologias inovadoras. Demonstravam força e liderança advindos da modernização decorrente da Revolução Industrial. Aos países periféricos, restava buscar mercado para seus produtos, fazer contatos internacionais e, eventualmente, emanar ‘boa e adequada’ imagem internacional.

O Brasil não perdeu a oportunidade de aparecer neste palco internacional. Neste sentido, este artigo defende que o país utilizou de proto ‘diplomacia pública’⁴ na conjuntura das décadas finais do século XIX e inicial do XX. Participou dos certames tendo como objetivo projetar seus valores, principalmente, para a Europa e os Estados Unidos (Bethell 2012; Ferraz, Ramos, 1867; Goldman 2016). Tal fato instila interesse em investigar os motivos e os atos do Brasil em dois destes pretéritos certames internacionais: Paris (1889) e Saint Louis (1904). Fato reforçado pelo atual e renovado interesse do Brasil pelas expos (Pestana 2020; Wang 2020).

Iniciadas com a Grande Exibição dos Trabalhos das Indústrias de Todas as Nações de 1851 (*Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*), as feiras universais eram realizadas para explicitar o progresso trazido pelas inovações tecnológicas, mostrando um embate entre as ideias consideradas avançadas e aquelas vinculadas ao atraso dos tempos pré-burgueses. (Almeida 2017; Goldman 2016; Geppert 2018; Greenhalgh, 1988; Hardman 1988; Pesavento 1997; Sanjad, 2017). Símbolos do progresso e consideradas “arenas pacíficas” que poderiam

3 Seguindo a tendência explicitada por Goldman (2016, 17), ao longo deste artigo serão utilizados os termos “expos” e “feiras” para também se referir às exposições universais. Atualmente, “exposições universais”, “exposições internacionais” e “feiras” diferem de significado (Goldman 2016, 78-81).

4 A diplomacia pública reconhece a necessidade da atuação dos Estados não apenas com seus semelhantes, como na diplomacia tradicional, mas também com indivíduos e organismos internacionais, para que os objetivos de política externa de um país sejam alcançados (Goldman 2016, 19).





substituir a guerra por meio da arte e da indústria, essas feiras universais também pretendiam diminuir os conflitos entre classes ou entre nações, espelhando o ideal de sociedade e de relacionamentos doméstico e internacional da burguesia europeia, sob a tutela ocidental. (Bennett 2005; Neves 1986, 1988; Pesavento 1997; Rydell 1984).

Almeida (2017, 336) defende que as feiras criaram uma “diplomacia das exposições”. Assim, pode-se considerar que a participação dos Estados nessas expos foi um exercício pioneiro de ‘diplomacia pública’, sendo oportunidade singular de projeção de imagens, conceitos e ideários. (Goldman 2016). Nessa ótica, os dirigentes do Brasil⁵ imperial e republicano fomentaram a participação do país nesses ‘espetáculos’. A presença do Brasil servia para angariar investimentos externos e para a projeção da imagem brasileira no âmbito internacional. (Almeida 2017; Goldman 2016). No entanto, na conjuntura de meados do século XIX e do início do século XX, o governo brasileiro propagou imagem de modernidade sem bases sólidas, um pastiche do moderno que não refletia mudanças substantivas nas estruturas socioeconômicas do país. (Hardman 1988).

Um dos objetivos do Brasil era atrair imigrantes europeus que pudessem contribuir com a superação da mão de obra escrava na produção agroexportadora. Em conjunto com este elemento econômico, afirmava-se a vontade explícita do afastamento das ‘retrógradas’ heranças indígenas e africanas. (Almeida 2017; Goldman 2016; Schwarcz 1998; Skidmore 1976). Por isso, a construção de imagem internacional estava ligada à ideia do ‘embranquecimento’. Para Schwarcz (1998), a primeira presença do Império nas feiras, em 1862, foi estimulada pela necessidade de mostrar uma face ‘civilizacional’. Em 1867, a colônia de imigrantes em Blumenau configurou na categoria de “objetos destinados a melhorar as condições físicas e morais da população” (Kuhlmann Júnior 2001, 32). Na *Centennial Exhibition* dos EUA, em 1876, o Brasil foi o primeiro a confirmar participação, mostrando o interesse das elites em apoiar a capacidade do “Novo Mundo” em organizar uma produção daquele porte, igualando-se à modernidade europeia. (Goldman 2016). A partir dos anos 1880, a participação brasileira passa a valorizar, além de suas riquezas naturais, a vertente industrial (Kuhlmann Júnior 2001).

Realmente, a participação do Brasil nesses espetáculos das nações era uma forma de diplomacia pública *avant la lettre*, haja vista o esforço dos governos

5 Vale observar que o Brasil nunca sediou uma exposição universal, mas sim uma internacional em ocasião do centenário da independência, sendo o Haiti o único país do continente americano, além dos EUA e Canadá, a sediar um evento universal (The Expos c. 2022).





nacionais em criar e fomentar comitês e representações diplomáticas preocupadas em melhorarem a imagem internacional do país. Em 1889 e 1904, o Comitê Franco-Brasileiro e a Representação do Brasil eram a prova do entendimento da importância das exposições universais para propaganda governamental, gerando também uma fonte de legitimidade, perante os países e seus nacionais do sistema internacional, do regime político vigente, seja a vetusta monarquia, seja a manceba república (Goldman 2016). Esta breve exposição histórica das Feiras Internacionais e da participação brasileira nestes eventos servirá de ilustração conjuntural para que se analisem as autoimagens produzidas pelo governo brasileiro nas Exposições Universais de Paris de 1889 e de Saint Louis de 1904. Para tanto, serão utilizados documentos primários exclusivamente produzidos para a participação do Brasil nos certames universais.

Neste ponto caberia pequena consideração metodológica para que se esclareça a postura frente aos documentos de época. A revolução documental vivida pela historiografia permitiu renovação da abordagem documental em seus parâmetros qualitativos e quantitativos. Assim, há de ser feita a crítica documental, expostas suas condições de produção, vontades de registro de memória. O historiador não deve quedar-se passivo frente aos documentos, mas sim agir para desvelar seus significados. Segundo Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo a relação de forças que aí detinham o poder”. (1990, 545). É neste espírito que aqui utilizaremos os documentos produzidos no período histórico analisado. Sem considerá-los objetos inertes e reveladores de verdades. Antes, como monumentos de um passado em busca de significação e desvelamento de suas condições de produção. Antes que transliterações, objetiva-se deslindar a vontade de imagem internacional expressa nas fontes primárias elencadas neste texto.

Serão analisadas eventuais mudanças e continuidades da propalada imagem internacional brasileira em quatro eixos: o político, o da modernidade, o econômico e da raça⁶. Destarte, contrapostas as imagens, busca-se demonstrar coincidências entre os valores das elites dirigentes e aqueles da PEB, que acabam refletidos nas imagens internacionais do país levadas aos dois eventos. Quando possível, será descrita e analisada a intenção destas imagens e suas correlações com princípios subjacentes da política exterior do Brasil nas respectivas conjunturas. Para tal, o

6 Consideramos raça a estrutura ideológica da relação entre a branquitude – o domínio dos brancos – e outros grupos de etnias diversas (Silva 2021, 40-43).





artigo foi dividido em 3 partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira fará exposição dos principais conceitos da política exterior do Brasil durante o fim do Império e o início da República, salientando continuidades e mudanças daqueles ideais internacionais. A segunda seção versará brevemente sobre as influências internacionais que a elite dirigente do país absorveu, mostrando as inspirações dos ideários de capitalismo e modernidade. A terceira parte será reservada à leitura crítica dos documentos oficiais produzidos pelas delegações brasileiras, destacando-se as ideias governamentais que embasaram as imagens do país a serem exportada pela PEB. Neste momento, serão categorizados e contrastados os já citados quatro conjuntos de imagens (político, modernidade, econômico e raça) produzidos nas conjunturas de Paris (1889) e Saint Louis (1904).

Vejamos os fatos.

O Brasil e suas políticas exteriores

Em meados do XIX, o Brasil era a única monarquia da América do Sul. Esta extensa massa territorial habitada por falantes da língua portuguesa via-se intrinsecamente ligada à Europa devido à sua circunstância monárquica e a complementaridade econômica com este continente (exportações e importações) (Lafer 2014; Santos 2004). Ao final do Império, a distensão e o universalismo regeram juntas a política externa: a primeira foi vinculada aos eventos na região platina e administrada pelo Estado para relacionar-se no Prata sem gerar nova guerra. O segundo ponto coaduna-se com o argumento deste artigo, sendo utilizado para angariar maior prestígio ao país. Neste sentido, o Império era convidado a participar de grandes eventos internacionais, importantes por conseguirem promover comercialmente e elevar o prestígio do país frente aos demais atores da política mundial (Bueno, Cervo 2011; Coronato 2014).

Luís Santos (2004) defende que o regime monárquico buscava se diferenciar das repúblicas americanas. Nesse sentido, nas três viagens internacionais realizadas por Pedro II, a Europa foi prioridade. A América Latina não foi visitada (Danese 2017). Deve-se notar que os EUA eram vistos como um país de governo ambicioso, que não deveriam estar associados à imagem do Brasil (Ricupero 2017). No entanto, a partir dos anos 1870, as relações entre os dois países começam a melhorar, ampliando a exportação de café e investimentos (Bueno, Cervo 2011; Cervo, 2003). Desse modo, se a lenta aproximação com os EUA era uma das





formas do universalismo, a tônica em prol da Europa era clara em 1889: “*O Brasil não tem interesse em divorciar-se da Europa; bem ao contrário, convém-lhe conservar e desenvolver as suas relações com ela, [...] para estabelecer um equilíbrio exigido pela necessidade de manter a sua forma atual de governo*” (AHI/RJ, 273/3/5 apud Santos, 2004, 117, grifos nossos).

Entretanto, com a implantação da República, a PEB foi reorientada, passando a focar no continente americano, enfatizando o relacionamento com seus vizinhos latino-americanos e com os EUA. Tal fenômeno foi conceituado como ‘republicanização’ e ‘americanização’ da política externa. (Bueno, Cervo 2011; Carvalho 1998; Doratioto 2018; Ricupero 2017; Santos, 1991; Santos 2014). À gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior (1902-1912), o Barão do Rio Branco, coube sedimentar o paradigma que iria guiar a PEB até a Revolução de 1930: foco nas políticas territoriais fronteiriças, relação pragmática com os EUA e liderança carismática na região (Ricupero 2017). Paranhos Júnior percebeu o reordenamento do eixo de poder mundial para os Estados Unidos e a América Latina como nova área de influência estadunidense, sendo o realinhamento pragmático boa estratégia de aumentar a influência brasileira no sistema internacional (Pinheiro, 2004). Para tanto, criou-se a embaixada brasileira em Washington, a primeira do Brasil. A criação dessa embaixada conferia prestígio e diferenciava o Brasil do conjunto das nações americanas. Logo, a política externa diminuiu seu direcionamento à Europa, incrementando suas relações internacionais para a aliança tácita com a nova potência hegemônica da América, uma “aliança não-escrita” na visão de Bradford Burns (Bueno; Cervo 2011; Carvalho 1998).

Entretanto, é importante perceber que o país não ‘abandona’ os países europeus. Skidmore (1976) acredita que o Barão foi um dos mais importantes propagandistas da imagem internacional do Brasil, apresentando uma imagem ‘civilizada’ do país, mesmo que tal ideário comportasse boa dose de racismo. (Lopes, 2014). Ele preenchia cargos de serviço diplomático com intelectuais e homens brancos, visando propagar a ideia de país europeizado que se ‘embranquecia’ (Skidmore, 1976). Assim, sua gestão reforçou o caráter elitista do recrutamento ao corpo diplomático brasileiro (Berringer, Toledo 2018; Pinheiro 2004). Para Gilberto Freyre (2013), Rio Branco considerava a etnia um critério de seleção do corpo diplomático. Revela-se que a PEB era também utilizada para denotar uma suposta excepcionalidade brasileira no hemisfério Sul, propagando-se pretensa imagem de um Brasil moderno, civilizado e associado ao progresso. (Bueno 2012; Ricupero 2002).





Vale ressaltar que a primeira exposição universal após a implantação do regime republicano no Brasil ocorreu em Chicago, em 1893. Portanto, apesar da mudança de regime político, a elite política nacional continuou defendendo parte das políticas domésticas que outrora sustentava no Império. Assim, o ímpeto modernizador possuía vertente conservadora, reverberando certo pastiche de modernidade. A diplomacia brasileira exportava a “[...] cara moderna de um coração conservador” (Moura 1991, X). Portanto, a “modernização conservadora” do Brasil, a despeito de produzir mudanças política, não alterou substantivamente a organização socioeconômica do país. (Ricupero 2002).

O Brasil se inspira no mundo (ocidental): capitalismo, modernidade, imigração e embranquecimento em cena

O capitalismo expandia-se por meio da associação das grandes potências imperialistas. (Neves 2003; Santos 2013; Pesavento 1997). A *Great Exhibition* de 1851 foi palco privilegiado ao denotar o projeto oitocentista da classe burguesa em implantar sua visão de mundo para além das fronteiras nacionais (Santos 2013). Por isso, desde o início, esses eventos trabalham a promoção comercial, a difusão cultural e a promoção da imagem dos países no exterior (Goldman 2016).

No campo ideacional do fim do século XIX, o evolucionismo possibilitou a tomada de consciência da elite europeia de sua liderança na expansão mundial do capitalismo, parcialmente legitimando a “superioridade” da civilização europeia em decorrência das leis naturais que orientariam a história de todas as demais sociedades (Ortiz 1986). Tendo em vista as condições do Brasil, sua elite acaba por construir identidade autodepreciativa, reconhecendo sua inferioridade em relação aos cânones europeus. Igualar-se à Europa seria o necessário esforço a ser realizado pelo país, mesmo que através da construção de imagens descoladas da realidade. (Perrone-Moisés 1997). Por isso, “o Império inventava-se como um bastião da civilização (‘europeia’ naturalmente) cercado de repúblicas anárquicas. Um Império distante e tropical, mas fundamentalmente civilizado, e, portanto, europeu” (Santos 2004, 25). Já o governo republicano buscou distanciar-se do Antigo Regime ao adotar o republicanismo, estreitando laços com a América e, principalmente, com os valores dos EUA. (Santos 2004).





Neste momento, o país evoca a imagem do “cadinho de etnias”, sendo formado pela miscigenação do branco, do indígena e do negro, atribuindo-se superioridade ao componente branco (Ortiz, 1986). Por isso, a elite brasileira incorporava as teorias racistas europeias, considerando a imigração europeia necessária para o “branqueamento” da sociedade. Skidmore (1976) exemplifica que a imigração chinesa foi proibida por não se enquadrar no padrão europeu e que a elite acreditava que a porcentagem da ‘raça africana’ deveria diminuir em benefício da ‘raça branca’.

Como exemplo, o decreto de 28 de junho de 1890 ordenou que qualquer indivíduo apto a trabalhar possuiria livre entrada para o Brasil, à exceção de “[...] indígenas da Ásia, ou da África [...]” (BRASIL, [c. 2021]), permitidos apenas se o Congresso autorizasse. Logo, a PEB foi direcionada a escolher, quando possível, os ‘melhores’ imigrantes (BRASIL, [c. 2021]). Neste sentido, o fluxo de imigrantes intensificou-se bastante, visando estruturar economia capitalista assalariada e formar mercado interno (Ricupero 2017). A vontade era criar condições mínimas para a produção capitalista industrial (Bocchi et. al 2010). Porém, como mostra Fausto (2013), a preocupação do Estado não estava voltada à indústria, mas aos interesses agroexportadores. Assim, o café e outros produtos primários continuam como o principal eixo da economia agroexportadora.

Junto com a República instaurava-se nova ideia de progresso. Coube à presidência de Rodrigues Alves (1902-1906) coroar o projeto de ordem e civilização das elites governamentais, buscando mimetizar o Rio de Janeiro às metrópoles europeias (Heizer, Neves 1991; Neves 2003). Neste bojo, o governo republicano continuou com a política racista de “branqueamento da população”, com sua ‘elite intelectual’ formando a identidade nacional através da conciliação de teorias racistas estrangeiras aos desafios domésticos (Ortiz 1986).

Tendo este panorama conjuntural em mente, o ideário descrito acima seria absorvido pelos formuladores da política exterior do Brasil e produziria imagens e identidades de nação a serem exportadas para o mundo. Neste sentido, torna-se razoável argumentar que a formação da identidade brasileira do período foi o resultado da vontade de uma elite excludente e antidemocrática. Para avançar tal hipótese, vejamos quais foram as ‘imagens’ de Brasil levadas para as feiras de Paris (1889) e Saint Louis (1904). Este exercício poderá explicitar os detalhes da autorrepresentação criada pelos governos do período.





A coroa e a espada no espetáculo das nações

As participações do Brasil nas exposições de 1889 e 1904 se deram em contextos políticos distintos. A primeira sob regime monárquico (coroa), a segunda já sob a república (espada). A presença brasileira na *Exposition Universelle* de Paris em 1889 contou, pela primeira vez, com “comissões de publicidade e propaganda” destinadas a coordenar os esforços da divulgação da imagem internacional do Brasil (Turazzi 1995, 153 apud Goldman 2016, 73). Explicitava-se a ‘diplomacia pública’ nacional que trouxesse *aggiornamento* civilizatório a uma ex-colônia escravocrata. Portanto, a participação brasileira emanou imagens que associavam sua exuberante natureza à urbanização, buscando fixar o avanço da ‘civilização’ no país através da extinção da escravidão (Barbuy 1996). Mesmo assim, apesar de mostrar linhas férreas e a indústria têxtil, o destaque foi o café, produto essencial para a atração de mão-de-obra do imigrante europeu. (Almeida 2017).

Ao seu turno, participar da *World’s Fair* de 1904, já sob o regime republicano, denotava a vontade do governo brasileiro de propalar a construção de progresso que a infante república tanto desejava. Para Lauro Severiano Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, era “[...] certo que, sendo bem dirigida e esmerada a nossa [exibição], poderemos tornar [útil] e proveitosa a propaganda sobre as riquezas [naturais] do [país], de sua produção agrícola, principalmente a do café [...]” (BRASIL 1905, 123). Na visão de Macedo (2012), a presença brasileira no certame confirmou os ideais da elite dirigente brasileira para o ímpeto de transformações imposto ao país. Na expo, a representação esforçou-se em mostrar um país sem disputas entre patrão e empregado e onde indígenas eram domesticados pelo catolicismo (Macedo 2012). A vontade era ‘destropicalizar’ o país. (Rezende 2010, 175).

Assim, a partir deste momento, serão recortados das múltiplas imagens emitidas pelos governos, quatro trilhos imagéticos: o político, o da modernidade, o econômico e o racial. Esta estratégia de fatiamento artificial terá o objetivo de facilitar a comparação das autoimagens brasileiras levadas às duas expos. Assim, deve-se ressaltar que tal divisão é apenas recurso analítico, tendo em vista que os quatro ‘eixos’ emergem de um único fluxo de construção do imaginário nacional.





O político

No aspecto político, em 1889, a delegação brasileira buscou mostrar um Brasil monárquico ‘estável’, próximo das dinastias europeias, longe das instáveis repúblicas sul-americanas. Em 1904, a imagem foi de uma república americanista, avizinhada aos Estados Unidos. Assim, no capítulo de História do *Le Brésil en 1889*, relata-se que coube a d. João VI e d. Pedro I construírem as bases civilizadas do país e trazer a independência. Posteriormente, superadas a instabilidade do período regencial, D. Pedro II liderou o Império rumo ao progresso: “É, aliás, de 1850, fim do período das guerras civis, que datam verdadeiramente os progressos realizados pelo Brasil” (Levasseur 2000, 66). Assim, depreende-se uma espécie de continuação do avanço do progresso, vindo desde o período joanino até o ápice do Segundo Reinado. Era a monarquia a grande responsável pelas prosperidades do país. Sobre a emancipação de escravizados, mostrou-se um governo imperial disposto a extirpar tal mácula “[...] pacificamente no Brasil, sem custar uma gota de sangue” (Levasseur 2000). Sendo uma monarquia constitucional, o país teria prosperado em reta ascendente, sempre visando o futuro. Ademais, “[...] o Brasil é apenas um pedaço de terra lusitana costurada aos flancos da América do Sul; falamos sua língua; [...]; [Portugal] nos deu nossa dinastia, nossa religião, nossos costumes, nossa civilização” (Nery 1889a, 461, tradução nossa⁷). A mensagem a ser transmitida era que a monarquia constitucional trouxera prosperidade contínua, sempre visando o futuro. Neste sentido, mesmo reconhecendo os enormes desafios do país, exaltava-se a habilidade do governo em superá-los, como no caso da escravidão; ou mesmo atenuá-los, como no caso da educação. Portanto, revela-se pela construção da aproximação Império-Europa, a vontade da consolidação de um ramo do ‘Velho Continente’ nos trópicos.

Já para a Representação em Saint Louis, ao falar sobre as condições econômicas e sociais, a Comissão afirma que o Brasil se guiava pelos resultados dos EUA (BRASIL, 1904a). Se cada certame internacional era um degrau na história do saber universal (BRASIL, 1905), participar dessas feiras significava estar seguindo os passos dos EUA no que concerne aos avanços na educação de seu povo. Percebe-se uma associação entre o regime republicano e o desenvolvimento do país, que seria aluno do *professor civilizado do Norte*. A comissão do Brasil exaltava o

7 Citação original: “Le Brésil n'est qu'un lambeau de terre lusitanienne cousu aux flancs de l'Amérique du sud; nous parlons sa langue [...] [Portugal] il nous a donné notre dynastie, notre religion, nos moeurs, notre civilisation”.





progresso dos EUA, sendo ele o farol a guiar a nascente república na América do Sul rumo ao desenvolvimento pleno. Neste sentido, caberia ao país ser grande centro receptor de investimento externo daquele país, pois, junto com o valor monetário, traria as qualidades do cortejado povo do norte (BRASIL, 1905). Na república brasileira, dominada pelo agrarismo, tornou-se instrumental exaltar o êxito dos EUA, pois eles eram um modelo exitoso aos olhos internacionais. Era nítido o pragmatismo brasileiro ao buscar a solidificação dos laços com o ‘gigante do Norte’. Com este intuito, a Comissão agiu para melhorar a imagem do Brasil perante os EUA. No extrato abaixo um pequeno resumo do exposto acima:

[...] [há] de promover e realizar mais constantes, [diretos] e [rápidos] meios de [comunicação] entre as duas [Repúblicas] da [América], lucrando ambas [elas] com o [aumento] das [máximas] [relações] [comerciais] e a troca dos [produtos] das suas [indústrias] e [permitindo-se] que maior [número] de brasileiros venham colher, neste grande centro de progresso e de [civilização], [frutosos] elementos de estudos, a bem do desenvolvimento e prosperidade da nossa [pátria]. (BRASIL, 1905, 189, grifo nosso).

O auge deste processo foi a visita do presidente Theodore Roosevelt ao pavilhão brasileiro em Saint Louis. Sua presença parecia recompensar o contínuo esforço do Brasil em se aproximar dos Estados Unidos. Assim, o fomento de uma boa imagem do país para os convidados e ao governo dos Estados Unidos fica notório por meio dessas ações. O relatório do Brasil (1905) não deixa dúvida: “Essa frequente intimidade [permitia] tornarmos cada vez mais conhecido o [país], ministrando informações, satisfazendo justa curiosidade sobre [assunto] de nosso interesse” (BRASIL, 1905, p. 137). A consolidação do ‘americanismo’ estava em marcha na política exterior do Brasil. Fato fundamental deste processo foi a escolha, em 1905, dos EUA para ser o primeiro país a receber uma embaixada brasileira.

A modernidade

As imagens em ambas as Feiras carregavam forte simbologia de um país civilizado e ciente da importância da indústria para o desenvolvimento das nações. Eram imagens contaminadas pela ideia de progresso e modernidade. Nos documentos produzidos pela delegação de 1889, destacam-se as ferrovias que o governo imperial estava construindo desde meados de 1850. Hardman





(1988) acredita que tais obras eram alegorias do espraiamento do progresso e do desenvolvimento industrial no país. Anotava-se no *Le Brésil en 1889* que “[e]m um país novo e grande como o Brasil, é [...] o fator principal e indispensável também a criação da indústria” (Nery 1889a, 383, tradução nossa⁸). Naquele certame, o processo industrial aparece indissociável da ideia de nação. (BRASIL, 1890).

O tema da libertação dos escravizados também se conectava à ideia da modernização do Brasil. Neste sentido, a prova mais eloquente da face civilizada do Império seria a abolição promovida em 1888, demonstração inequívoca de que o progresso e a civilização finalmente tinham chegado ao Império tropical. Sem rodeios, os representantes brasileiros consideravam que, “sem derramar sangue, como nos Estados Unidos [,] [nós] [a] despojamos em meio às aclamações de um povo que celebrava sua entrada definitiva na civilização [...]” (Nery 1889a, XV, tradução nossa⁹). Tal episódio teria sido a ‘coroação’ das medidas do II reinado para fazer parte dos países “civilizados”. Para a Comissão, “[o]s resultados obtidos desde o encerramento do período revolucionário são já consideráveis: em nenhuma parte da América, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, o progresso foi mais rápido” (Levasseur 2000, 68).

Em 1904, a delegação brasileira passou a exibir a imagem de um país que, apesar de agrário, despertava para a indústria. As estradas de ferros voltam a ser invocadas em sua simbologia modernizante. A Comissão se esforçava para mostrar um Brasil moderno, progressista e merecedor de participar do clube das grandes potências, mormente os Estados Unidos. “[Há] [dois] modos de um [país] concorrer [às] feiras: — pelo interesse do [negócio], vendendo quanto seja exposto, ou no intuito de patentear os recursos, o progresso nacional. Estamos no segundo caso” (BRASIL 1905, 143). As fotografias expostas pelo Brasil denotavam o aumento do uso de máquinas nas produções agrícolas. Mesmo a face agrária do país queria ser retratada de modo moderno.

De fato, era nítida a recorrente associação de ideias entre a produção primária e a manufatura industrial. O documento da época descreve que “o Brasil ainda não é um país industrial [,] mas possui todas as condições naturais as quais, se desenvolvidas, o colocarão entre os primeiros em poucos anos” (BRASIL 1904,

8 Citação original: “Dans un grand pays neuf comme le Brésil, il est, en plus, le facteur principal, indispensable, de la création même de l’industrie”.

9 Citação original: “[...] sans que le sang coulât, comme aux États-Unis. Nous l’avons dépouillée au milieu des acclamations d’un peuple qui fêtait son entrée définitive dans la civilisation”.





54, tradução nossa¹⁰). A preocupação em mostrar um governo preocupado com a educação é nítida. Citando as instituições e detalhando a quantidade de livros e documentos guardados por elas, o mesmo país que mostrava sua nascente indústria era aquele que investia em educação para continuar com o crescimento industrial e adentrar no restrito clube do progresso. O Brasil não poupava esforços em se mostrar inteirado das novidades tecnológicas.

O Econômico

No aspecto econômico, as imagens construídas em 1889 e 1904 ressaltam a busca de imigrantes para redefinir a estrutura de mão de obra para o setor agroexportador, fato que se conjuga com o elemento civilizatório do fim da escravidão no Brasil. Nas mensagens veiculadas na feira de Paris, evidencia-se que a atração de imigrantes europeus era essencial para apascentar o desconforto dos ex-proprietários de cativos e impedir impactos deletérios na economia do país. Nesse sentido, Levasseur (2000) demonstra que a comissão imperial obrava para atrair imigrantes ao país, fator fundamental para a substituição do trabalho dos escravizados. Com tal intuito, o livro *Le Brésil en 1889* estampa em suas páginas a vontade de convencer europeus a imigrarem para a região cafeeira e outros locais. Um dos principais argumentos para tal convencimento foi a condição climática do Brasil que, segundo os governantes, era de fácil adaptação. Ainda, propagandeava-se políticas governamentais e iniciativas privadas como a fundação de colônias e hospedarias nacionais que alojavam e alimentavam os imigrantes (Levasseur, 2000).

O Comitê Brasileiro publicou o “Guia do Emigrante ao Brasil”, escrito por Santa-Anna Nery. Realmente, segundo Nery (1889b), o Império oferecia aos imigrantes europeus um imenso território, com diversidade climática de fácil adaptabilidade para os estrangeiros. Conforme Nery (1889b, 20, tradução nossa¹¹), o imigrante encontraria no Império paz e liberdade, podendo “[...] tornar-se amanhã, com muito trabalho e economia, um dos mercadores ricos ou um dos grandes latifundiários de terra na região”. Ainda, os novos habitantes do Brasil não precisariam se preocupar com a discriminação, porque ela não existia no

10 Citação original: “Brazil is not an industrial country as yet but it possesses all those natural resources, which, if developed, would place it among the first in the world in a very few years”.

11 Citação original: “[...] devenir demain, à force de travail et d'épargne, l'un des riches commerçants ou l'un des gros propriétaires fonciers de la région”.





Império (Nery 1889b). Finalmente, na concepção da Comissão, a imigração era essencial ao desenvolvimento e progresso, pois os imigrantes europeus seriam responsáveis por construir máquinas e fábricas que contribuiriam para diminuir a dependência do Brasil dos importados (Nery 1889a).

Por sua vez, em 1904, exortou-se a prosperidade das colônias de imigrantes fundadas no país. Era explícita a vontade de aumentar o fluxo migratório. O relatório do Brasil (1904) informa sobre as virtudes das companhias de imigração (que abrigavam e alimentavam os imigrantes) e exalta a existência de leis que facilitavam a compra de terra pelos imigrantes, que poderiam usá-la tanto para produção própria, como para instalar suas famílias. Assim, o idealismo era tamanho que o governo considerava desnecessário os sindicatos uma vez que ‘não havia conflitos entre patrões e empregados’ (BRASIL 1904). Restava clara a vontade de tornar indissociáveis a imigração e a modernização. Neste sentido, imigração significava crescimento da indústria e expansão das ferrovias, símbolos augustos da modernidade.

O Racial

Por último, mas não menos importante, observou-se no conjunto simbólico produzido pelo governo brasileiro, em ambas as feiras, fortes elementos de racismo. Primeiro, porque a imigração estimulada era apenas de brancos, visando o ‘branqueamento’ da população brasileira. Evidenciava-se a ‘vergonha’ da miscigenação ao insistir-se em descrever o Brasil como país majoritariamente branco (sic). Para tanto, procurava-se dissimular, ou mesmo apagar, as raízes africanas e indígenas presentes no processo colonizador.

Nas palavras defendidas pelo Estado brasileiro em Paris, as populações nativas eram cada vez mais raras no país, devido ao incessante serviço do Império de civilizar aquelas populações (Levasseur 2000). Por meio da imigração europeia, os traços da considerada barbárie eram pouco a pouco desmantelados por causa da “[...] influência moral e civilizadora [...]” do processo. [...]” (Nery 1889a, 485, tradução nossa¹²). Utilizando-se do censo de 1872, informou-se que o país, do ponto de vista de raça, compunha-se de, aproximadamente, 39% de mulatos e mestiços; 38% de caucasianos; 3% de indígenas; e, apenas, 20% descendentes de africanos (Nery 1889a). Para os agentes governamentais,

12 Citação original: “[...] influence morale et civilisatrice”.





o Império era um país composto por brancos caucasianos e mestiços que não eram negros, legando os indígenas ao esquecimento. Levasseur (2000) mostra o decréscimo da população negra em São Paulo de 20% para 10,4% entre 1872 e 1886. Agora os brancos (sic) representariam 67,7% da população. Avançava a imagem do país em processo de embranquecimento.

Processo sincrônico à esta vontade eugênica presente nas elites nacionais, foi o esforço para escamotear as lutas sangrentas das populações pretas contra a escravidão. Levasseur (2000 70), inclusive, ressaltava que, “no Brasil, aliás, o preconceito de cor não existe como nos Estados Unidos e em várias colônias”. A falácia avançava ao defender-se que “lá [Brasil], os negros libertos podem ter a certeza de viver em condições de perfeita igualdade social com as outras raças” (Nery 1889a, 205-206, tradução nossa¹³). Assim, construía-se o mito de uma convivência harmoniosa entre as diferentes raças que compunham a sociedade brasileira, sedimentando uma retórica da não existência de preconceito racial no Brasil.

Na Saint Louis de 1904, a delegação brasileira continua a replicar imagens racistas. Tal discriminação fica clara nesta breve e impactante passagem: “Devemos lembrar a [presença] de alguns [tipos] de [raças] inferiores [...] levados a feira, [aí] mantidos durante [meses]” (BRASIL, 1905, 118). Pelas lentes racistas dos representantes brasileiros, progresso e civilização não coadunavam com a miscigenação. Era imperioso impor a modernidade no país. Este processo impunha o aniquilamento dos traços dos povos originários e daqueles transmigrados forçosamente e escravizados na colônia portuguesa. Não seria por outra razão que um comissário brasileiro se indignou com o erro de o Brasil ter apresentado “[...] embarcações [indígenas] como [se] ainda nos [achássemos] no estado primitivo e [não] [tivéssemos] outra navegação” (BRASIL 1905, 277). Expor objetos culturais indígenas nestes certames foi considerado por alguns como uma declaração de inferioridade, pois aos indígenas não se aplicava o rótulo de civilização. Tolerável somente aqueles que estavam sob os cuidados do Estado e da Igreja.

Pelo exposto acima, pode-se depreender que parte da exponencial diminuição das populações indígenas possa ser consequência da vontade ‘civilizatória’ da elite posta em marcha no período histórico analisado neste artigo. De resto, evidenciou-

13 Citação original: “Là-bas, les noirs libérés peuvent être assurés de vivre sur un pied de parfaite égalité sociale avec les autres races”.





se que nas duas participações do Brasil foram apresentadas e defendidas imagens encharcadas de racismo e eugenia, produzindo-se indisfarçável documentação por parte do Estado brasileiro a comprovar este fato.

Considerações finais

As exposições universais contribuíram (e contribuem) para propagandear variada teia de produtos científicos, industriais e culturais (Findling 2018). Desta forma, as elites dirigentes das nações buscam influenciar seus pares através da exposição e/ou imposição de suas crenças e valores (Rydell 1984). Nestes termos, elas são usadas como palco de propagação de imagens oficiais criadas pelos governos dos Estados nacionais, ontem e hoje.

As participações do Brasil nas exposições analisadas neste artigo (1889 e 1904) revelam o interesse das coetâneas elites econômicas e políticas nacionais em superar (ou, pelo menos, atenuar) a situação periférica do país no sistema internacional através da associação com as grandes potências (Goldman 2016). Para atingir tal objetivo, os governos monárquico e republicano levaram ao ‘palco’ das exposições universais imagens ‘imaginadas’ de Brasil. Muitas, obviamente, não refletindo a real condição socioeconômica e política do país.

Na *Exposition* de 1889, ainda que o Império procurasse mostrar uma imagem moderna e industrial, o foco foi dado em sua singularidade em relação às monarquias europeias, fato a ser valorizado em sua exposição ao mundo. Instaurado o regime republicano, o binômio progresso-civilização continuou a vigorar no pensamento político brasileiro. O ‘americanismo’ começa a ganhar corpo na política exterior do Brasil, contrastando com europeísmo do deposto regime monárquico. Dessa forma, apesar de ainda se apresentar como um país de vocação agrária na *World’s Fair* de 1904, o Brasil se esforçou em mostrar avanços tecnológicos e industriais.

Nas quatro áreas delimitadas neste estudo para efeito analítico (política, modernidade, econômica e racial), apenas na política houve mudanças mais evidentes. Se antes o Brasil mostrava-se como uma monarquia afeita à Europa, em 1904 mostrou-se uma República que queria fazer parte da América, sobretudo através da aproximação aos EUA. No que tange a modernidade, tanto em Paris quanto em Saint Louis, as delegações mostraram um país em busca do progresso e da civilização. Enquanto a monarquia exibiu trabalhos governamentais na área





infra estrutural e o esforço em findar pacificamente a escravidão; em Saint Louis, a República mostrou cidades europeizadas e máquinas de processamento de seus abundantes produtos primários, associando a agroexportação ao nascente ímpeto industrial. No trilho econômico, o império privilegiou o fomento à imigração para substituição de sua vetusta mão de obra baseada na escravidão. Do mesmo modo, em 1904, a imigração foi invocada e estimulada ao serem descritas as facilidades governamentais para tal processo. Ela era parte importante do incipiente processo de industrialização do país. Na seara racial, a imagem imaginada e transmitida foi a de um país de população predominantemente branca que busca afastar-se das influências africanas e indígenas. Há nesta autorrepresentação clara marca eugênica e racista. Em ambas as exposições, a imigração estimulada era aquela ofertada por países preferencialmente ‘brancos’, a fim de auxiliar no processo de embranquecimento da mestiça e ‘incivilizada’ sociedade brasileira.

Evidenciou-se que, nos distintos momentos históricos, os governos brasileiros esforçaram-se, por intermédio das representações nacionais nas exposições universais, em disseminar imagens de Brasil no sistema internacional. Ao objetivar fortalecer seus valores e interesses neste ambiente, pode-se perceber a utilização de forma ancestral de diplomacia pública, estando esta a serviço da política exterior do Brasil nas conjunturas do fim do século XIX e início do século XX.

Hoje, a diplomacia pública é um importante campo de estudo e uma forma consolidada de política governamental (Cull, Snow 2020). É fato que o Brasil utilizou-se (e utiliza) de tal estratégia com maior e menor frequência ao longo do tempo (Nogueira 2016). Este estudo demonstrou que, pelo menos desde o final do XIX, pode-se argumentar que tal estratégia esteve nos cálculos da PEB, tendo em vista as evidências aqui trazidas que comprovam a criação de comitês, gabinetes e secretarias próprias para a produção e disseminação de deliberada, mas nem sempre acurada, identidade de Brasil. É neste sentido que aqui se defende a existência de uma ‘protodiplomacia’ pública na PEB revelada pela “diplomacia das exposições” oitocentistas e nos primeiros anos do novecentos. Esta política foi a vontade deliberada dos distintos governos que acabam por revelar uma imagem ‘oca’ do país, já que não coadunavam com a realidade daquela conjuntura. Antes, deixam transparecer, pelo menos, o elitismo e o racismo da classe dirigente do Brasil que projetavam seus interesses e valores nas imagens produzidas para ‘consumo’ internacional.

Considerando os desdobramentos históricos do processo de atuação da diplomacia pública no Brasil, pode-se advogar por novos estudos que indaguem





se, e em quais condições, houve mudanças substantivas na qualidade deste instrumento da política exterior do Brasil. Para tanto, será importante recuperar as condições de produção dos valores e imagens nacionais que informaram participação brasileira nas expos do século XX e XXI para cotejá-los com os achados deste trabalho. O objetivo seria verificar se as conformações simbólicas de Brasil dos dois certames aqui analisados foram superadas em prol de imagens mais realistas da sociedade brasileira. Em tom mais normativo, deve-se cuidar para que o país se afaste das condições que propiciaram a produção de imagens irrealistas, elitistas, eugênicas e racistas como aquelas disseminadas internacionalmente na virada dos séculos XIX para o XX. Esta defesa se justifica pelo fato de que a projeção internacional cresce em legitimidade e força na razão direta da percepção positiva dos valores da política externa brasileira pelos distintos atores internacionais (Azambuja, 2023).

Referências

- Almeida, Paulo Roberto de. 2017. A diplomacia das exposições: as vitrines do capitalismo. *In: Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 3. ed. rev. Brasília: FUNAG. v. 1.
- Azambuja, Marcos. 2023. O lugar do Brasil. *In: CEBRI Revista*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, jan.-mar.
- Barbuy, Heloisa. 1996. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, v. 4, n. 1, 211-261, jan./dez.
- Bennett, Tony. 2005. The exhibitionary complex. *In: FERGUSON, Bruce W.; GREENBERG, Reesa; NAIRNE, Sandy (eds.). Thinking about Exhibitions*. Londres: Taylor & Francis e-Library. 58-80.
- Berringer, Tatiana; Toledo, Demétrio Gaspari Cirne de. 2018. Os silêncios do legado do Barão de Rio Branco na política externa brasileira. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2018. *In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS*, 4, Foz do Iguaçu. 1-15.
- Bethell, Leslie. O Brasil no mundo. 2014. *In: Carvalho, José Murilo de (coord.). A Construção Nacional: 1830-1889*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010). v. 2. 131-177.
- Bocchi et. al. Origens da indústria. 2010. *In: Bocchi et. al. Economia brasileira*. 4 ed. São Paulo: Saraiva.





- BRASIL. O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889. 1890. Relatório. Pará: Typographia de Pereira e Faria.
- BRASIL. Comissão de Representação do Brasil na Exposição Louisiana Purchase. Brazil at the Louisiana Purchase. Saint Louis, 1904a. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/18006587/>. Acesso em: 19 out. 2022. 184
- BRASIL. Representação do Brasil na Exposição Universal da Compra da Luisiana, E. U. A. Relatório apresentado ao exm. sr. dr. Lauro Severiano Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo general F. M. de Souza Aguiar, presidente da Comissão. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em: <https://mdh.contentdm.oclc.org/digital/collection/muellis/id/8091/rec/38>. Acesso em: 19 out. 2022
- BRASIL. Decreto no 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Brasília: Câmara dos Deputados, [c. 2021]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 out. 2022.
- Bueno, Clodoaldo; Cervo, Amado Luiz. 2011. História da política exterior do Brasil. 4. ed. rev. ampl. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bueno, Clodoaldo. 2012. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, n. 2, 170-189.
- Carvalho, Carlos Delgado de. 1998. História diplomática do Brasil. Introdução de Paulo Roberto de Almeida. Ed. fac.-similar. Brasília: Senado Federal.
- Cervo, Amado Luiz. 2003. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 46, n. 2, 5-25.
- Coronato, Daniel. 2014 . A política externa das últimas décadas do Império Brasileiro (1870-1889). Revista Eletrônica da ANPHLAC, [S. l.], n. 15, 113-131.
- Cull, Nicholas J.; Snow, Nancy (eds.). 2020. Routledge Handbook of Public Diplomacy. 2. ed. New York: Routledge.
- Danese, Sérgio. 2017. A diplomacia de cúpula na história diplomática brasileira: da fundação ao fim do Império. In: DANESE, Sérgio. Diplomacia presidencial: história e crítica. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG.
- Doratioto, Francisco. 2018. Política externa na Primeira República: entre mudanças e continuidades. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fausto, Boris. 2013. História do Brasil. Colaboração de Sérgio Fausto. 14. ed. atual. e ampl., 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. p. 185-236.





- Ferraz, Luiz Pereira do Couto; RAMOS, José Ildefonso de Sousa. 1867. O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242455>. Acesso em: 19 out. 2022.
- Findling, John. World's Fair. 2018. In: ENCYCLOPAEDIA Britannica. [S. l.]: Enciclopaedia Britannica Inc. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/worlds-fair>. Acesso em: 19 out. 2022.
- Freyre, Gilberto. 2013. Nota bibliográfica. In: FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. Apresentação de Nicolau Sevcenko. 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora. 57-58.
- Geppert, Alexander C. T. 2018. World's Fairs. European History Online, Mainz.
- Goldman, Flávio. 2016. Exposições universais e diplomacia pública. Brasília: FUNAG, (Coleção CAE).
- Greenhalgh, Paul. 1988. Ephemeral vistas: a history of the Expositions Universelles, great exhibitions and world's fairs, 1851-1939. Manchester: Manchester University Press.
- Hardman, Francisco Foot. 1988. Trem fantasma: modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras.
- Heizer, Alda; Neves, Margarida de Souza. 1991. A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910. São Paulo: Atual. 1-97. (Coleção História em Documentos).
- Kuhlmann Júnior, Moysés. 2001. As grandes festas didáticas – A educação brasileira e as exposições universais (1862-1922). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.
- Lafer, Celso. 2014. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. Perspectiva: São Paulo.
- Le Goff, Jacques. 1990. História e Memória. Campinas, SP: Ed Unicamp.
- Levasseur, Émile. 2000. O Brasil, por E. Levasseur; com a colaboração de: Barão do Rio Branco... [et al.]; [tradução: Luiz Cavalcanti de M. Guerra, José Augusto de Carvalho]. Rio de Janeiro: Bom Texto.
- Lopes, Dawisson Belém. 2014. Da Razão de Estado ao Republicanismo Mitigado: Uma Narrativa Faoriana sobre a Produção da Política Externa Brasileira. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, abr.-jun.
- Macedo, Oigres Leici Cordeiro de. 2012. Construção diplomática, missão arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.





- Moura, Gerson. 1991. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Neves, Margarida de Souza. 1988. As “Arenas Pacíficas”. *Revista Gávea*, Rio de Janeiro, v. 5, 28-41, abr.
- Neves, Margarida de Souza. 1986. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Finep; CNPq.
- Neves, Margarida de Souza. 2003. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In*: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). *Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nery, M. F.-J. de Santa-Anna (dir.). 1889a. *Le Brésil en 1889: avec une carte de l’empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes*. Paris: Librairie Charles Delagrave. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518666>. Acesso em: 19 out. 2022. 699.
- Nery, F. J. de Santa-Anna. 1889b. *Guide de L’Émigrant au Brésil*. Paris: Charles Delagrave. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4957>. Acesso em: 19 out. 2022. 1-22.
- Nogueira, Silvia Garcia. 2016. As estratégias da Secom/PR e a construção de uma identidade brasileira no âmbito internacional. *In*: TRAVANCAS, Isabel; Nogueira, Silvia Garcia (orgs.). *Antropologia da comunicação de massa*. Campina Grande: EDUEPB.
- Ortiz, Renato. 1986. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Pesavento, Sandra Jatahy. 1997. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Pestana, Augusto. 2020. *The Brazilian Approach of Public Diplomacy*. *In*: CULL, Nicholas J.; SNOW, Nancy (eds.). *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. 2. ed. New York: Routledge.
- Perrone-Moisés, Leyla. 1997. Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 30, 245-259.
- Pinheiro, Letícia. 2004. *Desenvolvimento econômico e alinhamento político*. *In*: Pinheiro, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Rezende, Livia Lazzaro. 2010. *The Raw and the Manufactured: Brazilian Modernity and National Identity as Projected in International Exhibitions (1862-1922)*. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia em História do Design) – Royal College of Arts, Londres.
- Ricupero, Rubens. 2017. *A diplomacia na construção do Brasil – 1750–2016*. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal Editores.





- Ricupero, Rubens. 2002. Rio Branco, definidor de valores nacionais. *In*: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: EMC.
- Rydell, Robert. 1984. *All the World's a Fair. Visions of Empire at American International Expositions, 1876–1916*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Sanjad, Nelson. 2017. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, 785-826, jul./set.
- Santos, Luís Cláudio Villafañe Gomes. 2014. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG (Coleção CAE).
- Santos, Luís Cláudio Villafañe Gomes. 2004. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. Apresentação do embaixador Rubens Ricupero. São Paulo: Editora UNESP.
- Santos, Norma Breda dos. 1991. *Revista de Informação Legislativa – RIL*, Brasília, DF, v. 28, n. 111, 253-270, jul./set.
- Santos, Paulo César dos. 2013. Um olhar sobre as exposições universais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUH. 1-15.
- Schwarcz, Lilia Moritz. 1998. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. 3. reim São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Karine de Souza. 2021. Esse silêncio todo me atordoa: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa – RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 229, 37-55, jan./mar.
- Skidmore, T. E. 1976. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- The Expos. 2022. Bureau International des Expositions, [online]. Disponível em: <https://www.bie-paris.org/site/en/#>. Acesso em: 19 out. 2022.
- Wang, Jian. 2020. The World Expo and National Branding. *In*: CULL, Nicholas J.; SNOW, Nancy (eds.). *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. 2. ed. New York: Routledge.

